

COC-14|72

CONTRATO DE CONCESSAO para ex-
ploração dos serviços públicos de a-
bastecimento de água e remoção de
esgotos sanitários, que entre si fa-
zem, a Companhia de Saneamento do
Paraná-SANEPAR e a Prefeitura Muni-
cipal de IPORA, conforme adiante se
declara:

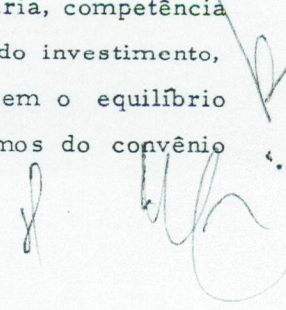
Nesta data, compareceram de um lado, o Município de
IPORA, por seu Prefeito Municipal, devidamente autorizado pela Lei
nº 018|72, de 05|09|72, e do outro, a Companhia de Saneamento do
Paraná-SANEPAR, neste ato representada por seu Diretor Presidente
Engº Munir Saab e seu Diretor Financeiro Engº Napoleão de Araujo
assistida pelo Bel Leorineu T de Carvalho, para firmar o presente
contrato de concessão, nas condições expressas nas cláusulas seguin-
tes:

PRIMEIRA: Fica concedido à SANEPAR, criada pela
Lei Estadual nº 4684, de 23|01|63, a exploração e operação dos ser-
viços públicos de abastecimento de água e remoção de esgotos sanitá-
rios da cidade de IPORA, pelo prazo de 30 anos, obedecida a legisla-
ção vigente e aplicável à espécie.

PARAGRAFO ÚNICO: Para os fins previstos no pre-
sente contrato são designados: a- Concedente: Prefeitura Municipal ;
b- Concessionária: Companhia de Saneamento do Paraná-SANEPAR.

SEGUNDA: Para um perfeito desempenho do encargo
aqui assumido, compete à Concessionária, com exclusividade, direta-
mente ou mediante contrato com entidade especializada em Engenharia
Sanitária: a- Estudar, projetar e executar as obras relativas à cons-
trução, ampliação ou remodelação dos sistemas públicos de abasteci-
mento de água potável e de esgotos sanitários municipais; b- Atuar co-
mo órgão coordenador, executor ou fiscalizador de execução dos con-
vênios celebrados, para os fins do item A, entre o Município e Or-
gãos Federais ou Estaduais; c- Operar, manter, conservar e explorar
os serviços de água potável e de esgotos sanitários; e, d- Emitir, fis-
calizar e arrecadar as contas dos serviços que prestar.

TERCEIRA: É delegada à Concessionária, competência
para fixar tarifas que permitam a justa remuneração do investimento,
o melhoramento e a expansão dos serviços, e assegurem o equilíbrio
econômico e financeiro do sistema explorado, nos termos do convênio



firmado entre o Governo do Estado e o BNH, de acordo com o disposto nos incisos I e II, do artigo 167 da Constituição Federal.

QUARTA: E vedado à Concessionária proceder isenção de tarifas e custo de seus serviços.

QUINTA : Os loteamentos futuros só poderão ser aprovados pela Concedente, desde que , em seu traçado, seja prevista a execução de redes coletoras de esgotos sanitários e de distribuição de água, previamente aprovados pela Concessionária.

PARAGRAFO UNICO: A execução de tais melhorias será suportada pela empresa ou pessoa que efetuar o loteamento.

SEXTA : Caberá à Concedente, recompor a pavimentação das ruas danificadas em decorrência das obras de instalação, ampliação e reparos das redes públicas e coletores prediais, durante a aplicação e carência dos recursos emprestados pelo BNH.

PARAGRAFO UNICO : A Concessionária ficará obrigada a recompor os passeios, ficando-lhe facultado faturar os serviços de recomposição contra os usuários diretamente atingidos.

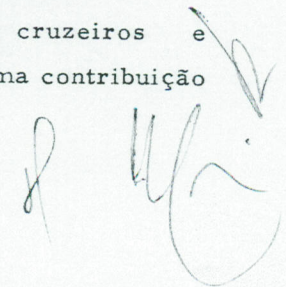
SETIMA : O Poder Executivo Municipal, decretará a utilidade pública para fins de desapropriação ou estabelecimento de bens e direitos necessários aos serviços da Concessionária, seus melhoramentos, extensões e ampliações, nos termos da Legislação Vigente.

PARAGRAFO UNICO : Nos casos previstos nesta cláusula, o ônus da indenização ficará a cargo da Concedente, mediante acordo com os interessados ou através de ação judicial.

OITAVA : A Concessionária poderá utilizar, para arealização dos serviços ora concedidos, os terrenos de domínio público Municipal e neles estabelecer servidões através de estradas, caminhos e vias públicas, na forma da lei específica.

NONA : A Concessionária gozará de total isenção de impostos municipais, relativamente a seus bens e serviços de conformidade com a Lei Municipal.

DÉCIMA : Do custo das obras de abastecimento de água, estimado nesta data, em 11 101,33 UPC, correspondendo a Cr\$ 743 012,60 (setecentos e quarenta e três mil, doze cruzeiros e sessenta centavos), a CONCEDENTE participará com uma contribuição de 35 % (trinta e cinco por cento).



PARAGRAFO PRIMEIRO : A participação da CONCE-
DENTE de que trata esta cláusula, estimada em 3 885,47 UPC, ou se
ja, Cr\$ 260 054,41 (duzentos e sessenta mil, cinquenta e quatro cru
zeiros e quarenta e um centavos), será realizada da seguinte forma:
a)- com o acêrvo patrimonial do Município, integrante do projeto a
ser implantado, constituído de equipamentos, ferramentas, construções
e material em estoque, conforme levantamento procedido pela CONCES
SIONARIA e avaliado nesta data em 1 388,64 UPC, ou seja
Cr\$ 92 942,05 (noventa e dois mil, novecentos e quarenta e dois cru
zeiros e cinco centavos); b)- o saldo de 2 496,83 UPC, dividido em
10 (dez) parcelas mensais de 249,68 UPC, a partir de novembro de
1972.

PARAGRAFO SEGUNDO : A CONCEDENTE participará
ainda, com igual percentagem, nas futuras construções, melhoramen-
tos, extensões ou ampliações dos sistemas da cidade.

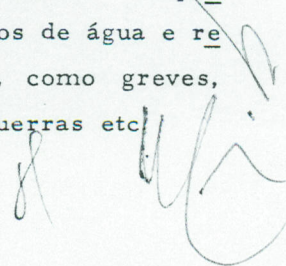
PARAGRAFO TERCEIRO : A participação futura de
que trata o parágrafo segundo, poderá ser em dinheiro e/ou bens e
direitos dos sistemas existentes, ficando desde já estabelecido, que as
participações serão transformadas em ações preferenciais no Capital
da Concessionária, respeitadas as disposições do artigo 2º e seus pa
rágrafos da LEI DE CONCESSAO, num montante que não inviabilize
econômicamente a implantação da obra.

PARAGRAFO QUARTO : No caso de bens e direitos
aludidos no parágrafo terceiro, o valor dos mesmos será fixado por
avaliação na forma do Decreto Lei nº 2627, de 26 de setembro de ...
1940 (Lei das Sociedades por Ações).

DÉCIMA PRIMEIRA : Por ocasião da assinatura do
presente contrato, o Poder Executivo outorgará procuração à Compa
nhia de Saneamento do Paraná-SANEPAR, de acordo com as disposi
ções do artigo 3º da Lei de Concessão.

DÉCIMA SEGUNDA : Será de responsabilidade do Mu
nícipio os pagamentos das tarifas devidas por banheiros, fontes, tornei
ras públicas e ramais de esgotos utilizados pela Concedente ou de sua
responsabilidade.

DÉCIMA TERCEIRA : A Concessionária não se respon
sabilizará pela interrupção de fornecimento dos serviços de água e re
moção de esgotos sanitários motivada por força maior, como greves,
inundações, acidentes, incêndio, comoções públicas, guerras etc



DECIMA QUARTA : A Concessionária manterá constantemente estudos visando o aprimoramento e a programação das obras de instalação e de ampliação dos serviços públicos concedidos dentro de sua política de ação.

DECIMA QUINTA : Sempre que julgar necessário, a Concedente poderá solicitar esclarecimentos quanto ao programa de ação em prática na área atendida pela Concessionária e às tarifas vigentes.

DECIMA SEXTA : A Concessionária poderá embargar o funcionamento de poços artesianos, freáticos e cisternas existentes nos locais providos de rede pública de distribuição de água, devendo proceder ao fechamento e lacrar as referidas fontes de abastecimento, sem o direito dos proprietários ou usuários reclamarem qualquer indenização.

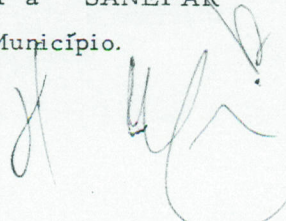
PARAGRAFO PRIMEIRO: Fica desde já estabelecido que as disposições desta cláusula, somente serão aplicadas quando o sistema operado pela Concessionária possuir condições técnicas para atender os usuários abastecidos por poços particulares.

PARAGRAFO SEGUNDO : Os pagamentos dos serviços de perfuração do poço tubular profundo contratado pela CONCEDENTE com a T JANER, no valor de Cr\$ 42 547,24 (quarenta e dois mil, quinhentos e quarenta e sete cruzeiros e vinte e quatro centavos), serão efetuados pela CONCESSIONARIA.

DECIMA SÉTIMA : Poderá a Concessionária sustar o fornecimento de água aos usuários, sempre que o débito do imóvel ultrapassar trinta dias do vencimento, e em outros casos previstos em seu Regulamento.

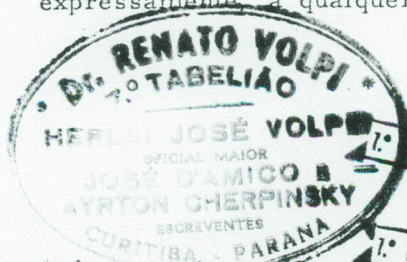
DECIMA OITAVA : O início de operação do sistema se dará nos 30 (trinta) dias subsequentes da conclusão das obras.

DECIMA NONA : Ocorrendo o caso de não prorrogação do prazo de concessão prevista na cláusula primeira, ou rescisão do presente contrato, o acervo do sistema de água e coleta de esgotos sanitários, será transferido ao patrimônio do Município, respeitados os estatutos da Concessionária, bem como após assumir a responsabilidade pelo pagamento dos compromissos financeiros porventura existentes na data da transferência do acervo, e, indenizar a SANEPAR pelos investimentos que excederem a participação do Município.



VIGESIMA : O Poder Executivo fica responsável pelas eventuais indenizações de bens e direitos reclamados por terceiros, concessionárias ou não de sistemas de abastecimento de água e coleta de esgotos sanitários.

VIGESIMA PRIMEIRA : Fica eleito o fôro da Comarca de Curitiba, Capital do Estado, para nele serem resolvidas todas as questões judiciais, derivadas deste instrumento, renunciando as partes expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



Curitiba, 19 de setembro de 1972

Engº Munir Saab
Diretor Presidente da SANEPAR

Engº Napoleão de Araujo
Diretor Financeiro da SANEPAR

Bel Leorineu T de Carvalho
Assessor Jurídico da SANEPAR

Sr Augusto Rodrigues Gonçalves
Prefeito Municipal de IPORA

contra a verdade e a firma
MUNIR SAAB NAPO-
LEÃO DE ARAUJO
LEORINEU T. DE CAR-
VALHO AUGUSTO
GONÇALVES do que dou fe
Curitiba de SET de 1972

Em test. da verdade

Testemunhas:

